

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 02 de junho de 2025 às 07h51*  
*Seleção de Notícias*

## Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

Registro de software no INPI: É obrigatório? Quais direitos você tem? .....	3
---	---

## Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

BMW processa BYD no Brasil por uso do nome 'Mini' e chinesa pode acabar mudando nome de elétrico .....	5
AUTOR   RODRIGO TAVARES	

## G1 - Globo | BR

Pirataria

Quase 70% dos produtos vendidos no Piauí são ilegais, diz Ipec .....	7
--	---

## Consultor Jurídico | BR

Direitos Autorais

Cantor deve indenizar compositores por plágio do Olodum .....	9
---	---

# Registro de software no INPI: É obrigatório? Quais direitos você tem?



Entenda como funciona a proteção legal de softwares no Brasil, os direitos do criador e a importância do registro no **INPI** para garantir segurança jurídica. Registro de software no **INPI**: É obrigatório? Quais direitos você tem? Camila Betanin Entenda como funciona a proteção legal de softwares no Brasil, os direitos do criador e a importância do registro no **INPI** para garantir segurança jurídica. sexta-feira, 30 de maio de 2025 Atualizado às 08:50 Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

Se você desenvolve tecnologia, empreende no setor digital ou tem uma startup, proteger legalmente o software que você criou é tão importante quanto o criar.

Muita gente ainda associa proteção de software à ideia de **patente**, mas no Brasil essa não é a forma adequada. Na verdade, o programa de computador é protegido pela via dos **direitos** autorais, assim como uma obra literária ou musical.

Essa proteção está prevista na lei 9.609/1998, conhecida como lei do software, que complementa a lei abpi.empauta.com

de **direitos** autorais (lei 9.610/1998) ao tratar de aspectos específicos da criação, comercialização e uso de softwares.

A regulamentação e o registro ficam sob responsabilidade do **INPI** - Instituto Nacional da Propriedade Industrial, ainda que o registro não seja obrigatório para garantir os direitos do autor.

## 1. O que é um software do ponto de vista jurídico?

Conforme a lei do software, o programa de computador é definido como a expressão de um conjunto organizado de instruções codificadas ou em linguagem natural, criadas para permitir o funcionamento de máquinas e sistemas de tratamento de informação. Em outras palavras, o que a lei protege é o conteúdo literal do programa - seu código-fonte ou código objeto.

No âmbito jurídico, isso significa que o software é tratado como uma obra intelectual e, por isso, recebe a proteção de direitos morais e patrimoniais.

Os direitos morais asseguram ao autor o reconhecimento da autoria e o direito de se opor a alterações não autorizadas que comprometam sua integridade, reputação ou finalidade.

Já os direitos patrimoniais garantem o uso exclusivo e a exploração econômica da criação.

## 2. Registro no **INPI**: vale a pena?

Embora o registro não seja exigido para o software estar protegido pela lei, ele é fortemente recomendado, especialmente para empresas e desenvolvedores que pretendem explorar comercialmente o sistema, licenciar sua tecnologia ou resolver disputas sobre autoria.

Continuação: Registro de software no INPI: É obrigatório? Quais direitos você tem?

O processo de registro é 100% digital, realizado pelo sistema e-Software do **INPI**.

Neste sentido, o desenvolvedor deve preencher um formulário eletrônico, anexar documentos como o código-fonte (compactado) e a descrição técnica do programa, além de efetuar o pagamento da taxa (com desconto para MEIs e optantes do Simples Nacional).

Por fim, é emitido o certificado digital de registro, em regra, em até 7 dias úteis e serve como prova de que o software é de sua autoria.

### 3. Por quanto tempo o software fica protegido?

A lei do software determina que a proteção autoral dura 50 anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano seguinte à criação ou publicação do software.

Durante esse período, apenas o titular dos direitos pode decidir como, onde e por quem o programa será utilizado.

É importante destacar que, nos casos em que o software é desenvolvido por um colaborador ou prestador de serviço, os direitos patrimoniais pertencerão ao contratante - ou seja, à empresa - desde que essa relação esteja formalizada por contrato.

Por isso, é fundamental prever em contratos cláusulas de cessão de **direitos** autorais, de confidencialidade e sigilo, bem como a definição clara de titularidade do código e suas versões.

### 4. Como evitar cópias e uso indevido?

Além do registro no **INPI**, existem boas práticas que reduzem consideravelmente o risco de violação dos direitos sobre o software. Entre elas, destacam-se:

Formalize tudo por contrato: inclusive com cláusulas de confidencialidade e cessão de direitos, principalmente se você contratar freelancers ou equipes externas;

Implemente sistemas de proteção técnica: criptografia, chaves de acesso ou restrição de funcionalidades;

Orientação clara: oriente sua equipe sobre o uso do software e reforce os deveres de sigilo e segurança;

Registro de marca: considere registrar também a marca, caso o software seja comercializado com um nome distintivo

### Conclusão

A proteção jurídica de um software vai muito além do código: envolve estratégia, prevenção e segurança jurídica.

A legislação brasileira já oferece uma estrutura sólida, especialmente por meio da lei de software, mas é dever do empreendedor adotar medidas proativas para proteger sua criação e evitar prejuízos futuros.

Camila Betanin Advogada | Professora | Especialista em Direito Digital, Direito Empresarial & Inovação e Direito Contratual | Sócia-Fundadora do Betanin & Leal - Advocacia e Consultoria.

## BMW processa BYD no Brasil por uso do nome 'Mini' e chinesa pode acabar mudando nome de elétrico



Grupo BMW alega que BYD pode tentar se beneficiar da reputação da marca Mini

O nome "Mini" tornou-se alvo de disputa judicial no meio automotivo, onde o Grupo BMW, detentor da histórica marca de compactos britânicos, resolveu processar a BYD pelo uso do nome "Dolphin Mini". A razão para tal seria que o termo 'mini' pode induzir os consumidores brasileiros ao erro, gerando uma falsa associação entre as duas fabricantes.

Atualmente, a ação segue tramitando na 5ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Segundo o processo, a ação visa impedir que a BYD continue praticando atos que violem marcas já registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial ([Inpi](#)) e que configurem concorrência desleal, ao utilizar indevidamente o nome 'Mini', o que estaria gerando confusão entre os produtos e as empresas.

BMW alega que BYD pode tentar se beneficiar da reputação da marca Mini [Marca](#) Mini, pertencente ao Grupo BMW, tem vários modelos Foto: Bernhard FilserA BMW alega haver uma tentativa da rival de se beneficiar da reputação e prestígio da montadora britânica. O documento destaca que a intenção da empresa alemã não é interromper ou impedir as operações da BYD, mas sim evitar os efeitos da tentativa da montadora chinesa de vincular indevidamente

seus produtos aos do Grupo BMW.

Contudo, em sua argumentação no processo, a BYD afirma que o Grupo BMW não possui nenhuma [patente](#) registrada no [Inpi](#) que comprove sua alegação. A montadora chinesa também ressalta que o próprio Instituto já rejeitou diversos pedidos de registro envolvendo variações do termo 'mini'.

Confira abaixo a defesa da marca chinesa no processo:

"A BYD COMPANY LIMITED e a BYD DO BRASIL LTDA. se manifestaram no id. 193644618 sustentando que a BMW não possui qualquer registro concedido da marca "MINI", de forma nominativa e isolada, na Classe 12 do [INPI](#), justamente aquela que abrange veículos automotores; a própria BMW já tentou obter esse registro nominativo, por meio do pedido nº 829834125, tendo sido esse pedido indeferido pelo [INPI](#). Essa decisão hoje é alvo da ação de nulidade judicial de nº 5050346-26.2022.4.02.5101 ; a expressão "MINI" é dicionarizada e de uso comum, não sendo passível de apropriação exclusiva no setor automotivo; existem precedentes administrativos demonstrando que a BMW não conseguiu impedir registros de terceiros contendo o termo "MINI", tendo sido vencida em oposições e ações de nulidade no próprio [INPI](#)."

Processo segue tramitando na JustiçaA juíza Maria Izabel Gomes Sant Anna de Araújo, da 5ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro/RJ, negou o pedido de liminar, optando por aprofundar a análise do caso. Segundo ela, a BYD é legalmente obrigada a manter os documentos fiscais e contábeis relacionados ao veículo por no mínimo cinco anos, afastando o risco de perda de provas. Com isso, o processo continuará tramitando na Jus-

Continuação: BMW processa BYD no Brasil por uso do nome 'Mini' e chinesa pode acabar mudando nome de elétrico

tiça.

Procuradas pelo Jornal do Carro, tanto a BYD quanto o Grupo BMW Brasil não quiseram se manifestar sobre o processo.

Ações do tipo não são novidade BYD Dolphin Mini vira alvo de disputa judicial Foto: Diogo de Oliveira/Estadão Contudo, não é a primeira vez que algo desse tipo acontece entre as duas marcas. Em 2024, a BYD registrou o nome "Dolphin Mini" na Austrália,

o que motivou os representantes locais do Grupo BMW a reclarem os direitos sobre o nome "Mini", registrada em 8 de fevereiro do ano passado por lá.

Siga o Jornal do Carro nas redes sociais!

Instagram | TikTok | Youtube |

Tudo Sobre

## Quase 70% dos produtos vendidos no Piauí são ilegais, diz Ipec



Pesquisa revela que comércio ilícito de cigarros movimentou R\$ 135 milhões no estado em 2024. Especialista atribui crescimento à alta carga tributária e à atuação de facções criminosas.

Quase 70% dos cigarros vendidos no Piauí, em 2024, eram ilegais, segundo um estudo do Ipec encomendado pelo Fórum Nacional contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP). Ao todo, o comércio ilícito de cigarros movimentou R\$ 135 milhões no estado.

Siga o canal do g1 Piauí no

Esse percentual é superior à média nacional, de 32%, e da região Nordeste, de 43%. Conforme a pesquisa, o contrabando praticado no Piauí gerou uma sonegação de R\$ 47 milhões ao Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS).

Para o presidente do FNCP, Edson Vismona, o crescimento do mercado ilegal é motivado, dentre outras razões, pela alta carga tributária sobre o produto legal e a atuação direta de facções criminosas (entenda abaixo).

Ao g1, Edson apontou que os impostos cobrados em cima do cigarro superam os 70%, enquanto os fabricados e vendidos de forma ilícita não pagam nenhum tipo de tributo - o que torna o preço do produto mais barato.

abpi.empauta.com

"O ilegal tem a grande vantagem competitiva de chegar às mãos do consumidor por um preço bem mais baixo. Isso incentiva a demanda por cigarros mais baratos e aumenta o mercado ilícito no Brasil", explicou. Além do aspecto financeiro, os cigarros contrabandeados não atendem às normas técnicas e sanitárias definidas pela **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**). O presidente citou níveis de alcatrão e nicotina superiores aos permitidos e a presença de agrotóxicos proibidos.

'Pilar financeiro' das facções

O estudo conduzido pelo Ipec revelou que 541 milhões de cigarros entraram de forma ilegal no Piauí, e foram vendidos, armazenados, transportados ou distribuídos no mercado consumidor do estado.

Na visão de Edson Vismona, o contrabando desses produtos se tornou um "pilar financeiro" das facções criminosas que atuam em solo piauiense. A atividade é considerada de alta demanda e baixo risco comparada a outros crimes.

"Se compararmos com o tráfico de drogas, as leis para ele são muito mais pesadas, implicam penas mais graves e repercutem de forma imediata. O contrabandista, em geral, é preso em um dia e, no outro, já está operando de novo nas ruas. Há um sentido de impunidade", avaliou o presidente.

Fábricas e rota continental De acordo com o especialista, essa atividade não pode mais ser considerada um crime de "baixo potencial ofensivo", pois há uma estrutura cada vez mais integrada a esse mercado - inclusive com fábricas clandestinas que copiam marcas paraguaias.

Quando o produto não é produzido nessas fábricas, chega ao Piauí e outros estados do Nordeste por meio de uma rota que desafia a convencional: sai do Pa-

raguai, passa por Bolívia e Chile, dá a volta no Canal do Panamá e entra no Brasil pelo Suriname.

"O tráfico de drogas e armas também se beneficia dessas rotas. As facções se integram a organizações criminosas dos países latino-americanos. Com ações isoladas, [o combate ao contrabando] perde. É preciso coordená-las, identificando rotas e depósitos, com um trabalho significativo e integrado de inteligência", completa Edson. Máfia do cigarro: quadrilhas que faziam contrabando agora fabricam

Continuação: Quase 70% dos produtos vendidos no Piauí são ilegais, diz Ipec

maços ilegais

Confira as últimas notícias do g1 Piauí Acompanhe o g1 Piauí no , no e no

VÍDEOS: assista aos vídeos mais vistos da Rede Clube



## Cantor deve indenizar compositores por plágio do Olodum



Vulgarização da poesia Cantor é condenado a indenizar compositores por plagiar sucesso do Olodum

A melodia é reconhecida como um dos elementos primordiais da obra musical, sendo a sua reprodução não autorizada um claro indicativo de plágio. A situação ainda é agravada se na cópia indevida forem introduzidas modificações que conflitem com a proposta da versão original.

Esses dois aspectos foram reconhecidos pelo juiz George Alves de Assis, da 9ª Vara Cível e Comercial de Salvador, para condenar um cantor a indenizar em R\$ 60 mil os três compositores da música "Mar Lagoa". A canção se tornou sucesso ao ser gravada e lançada pelo grupo Olodum, em 1996.

Conforme o julgador, doutrina e jurisprudência reconhecem o plágio como a usurpação da obra intelectual alheia, apresentando-a, no todo ou em parte, como se fosse de autoria própria, sem a devida autorização do seu criador. "É uma das mais graves violações aos **direitos** autorais, atingindo tanto os direitos morais quanto os patrimoniais do autor."

Porém, no caso em análise, houve mais do que plágio. Na petição inicial, os compositores Roque Dias da Silva, Washington de Jesus Novaes e Fernando Antônio Brito de Santana disseram que o cantor Robson

Elias Adorno Costa, o Robyssão, ao gravar a música "Só vive à toa", em 2022, substituiu a letra original por outra com teor obsceno e depreciativo.

Sobre essa modificação, os autores juntaram aos autos moção de repúdio emitida pela Associação Carnavalesca Bloco Afro Olodum. A entidade, que originalmente gravou a canção, ressaltou que a nova letra desvirtua os princípios éticos do Olodum porque historicamente ele luta pela valorização da mulher.

Robyssão sustentou inexistir plágio, afirmando que a melodia utilizada é comum e genérica, presente em diversas outras composições, especialmente no gênero musical pagodão. Também argumentou que não obteve lucro com a veiculação da sua música, sendo terceiros os responsáveis por disponibilizá-las em plataformas de streaming.

"A mera utilização de um gênero musical popular, como o 'pagodão', não autoriza a apropriação indevida de melodias específicas criadas por outrem", frisou o juiz. Para ele, a prova técnica demonstrou de forma inequívoca que as melodias da canção original e da plagiada são idênticas em trechos essenciais, evidenciando a ilicitude cometida pelo réu.

Ouvido em juízo, um maestro confirmou seu parecer técnico, que concluiu pela existência de plágio porque as duas músicas possuem a mesma tonalidade, harmonias quase coincidentes e melodias iguais ou com pequeníssimas variações rítmicas, perceptíveis até por leigos possuidores de "ouvido musical".

Parecer assinado por outro músico, na qualidade de representante da gravadora Warner, titular dos direitos patrimoniais da obra, também atestou uma "similaridade explícita" entre as músicas, concluindo pela ocorrência de plágio. "No presente caso, a identidade melódica é o fator preponderante que

Continuação: Cantor deve indenizar compositores por plágio do Olodum

caracteriza o plágio", escreveu Assis.

## Plágio com letra vulgar

O julgador também reconheceu que a conduta do requerido não se limitou à usurpação melódica. Segundo ele, o "teor poético" da canção original foi substituído por uma "letra de cunho sexualizado e vulgar", o que configura violação ao direito moral à integridade da obra, previsto no artigo 24, inciso IV, da Lei 9.610/1998.

"A alteração promovida pelo réu, ao associar a melodia dos autores a uma letra de baixo calão, inevitavelmente atinge a reputação dos compositores e a imagem da obra original, causando-lhes constrangimento e abalo moral", destacou o julgador. Nesse caso, o dano moral é *in re ipsa*, ou seja, derivado do próprio fato, prescindindo de prova do prejuízo.

Considerando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como a extensão do dano, a capacidade econômica das partes, o caráter punitivo-pedagógico da medida e a vedação ao en-

riquecimento sem causa, o juiz fixou a indenização a ser paga pelo réu em R\$ 20 mil para cada autor. Os compositores haviam pleiteado o dobro.

Assis deu provimento aos demais pedidos dos autores, determinando a Robysson, sob pena de multa, que ele se abstenha em definitivo de explorar de qualquer forma a música "Só vive à toa." Isso resulta na exclusão da canção de todas as plataformas de streaming e na proibição de cantá-la em programas e shows.

A sentença também impôs ao réu, sob pena de multa, a obrigação de publicar em jornal de grande circulação da capital baiana, onde moram os autores, comunicado sobre quem são os compositores da música "Mar Lagoa". Robysson ainda deve pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da condenação.

Processo 8140612-62.2022.8.05.0001

Eduardo Velozo Fuccia É Jornalista.

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**

3, 9

**Marco regulatório | INPI**

3, 5

**Patentes**

3, 5

**Pirataria**

7